



10º Encontro Internacional de Política Social¹ 17º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Análise, avaliação e financiamento das políticas públicas.

Entre o planejamento e a execução da saúde mental capixaba

**Luana Santos de Jesus¹
Edinéia Figueira dos Anjos Oliveira²**

Este trabalho tem como objetivo identificar as metas e as ações que foram executadas no âmbito da política de saúde mental do estado do Espírito Santo. Pretende-se com estas reflexões apresentar uma análise crítica sobre o tema, que possa contribuir tanto para a fundamentação teórica na área quanto para a afirmação das diretrizes da Reforma Psiquiátrica brasileira, que demanda ampliação dos investimentos públicos na política de saúde mental e do fortalecimento dos serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Nessa direção, vale refletir que o processo de desinstitucionalização, expressão da luta e avanços de direitos no campo da Reforma Psiquiátrica brasileira (Amarante, 2012) ocorre na contramão do projeto científico, político e econômico criado pelas medidas neoliberais (Oliveira; Garcia, 2011). Nesse contexto, encontramos nos anos recentes um cenário de crise fiscal do Estado que vai ter consequências para o campo das políticas sociais, principalmente, na área da saúde e saúde mental, e repercussões no subfinanciamento destas políticas, resultando em ações focalizadas e na precarização das relações de trabalho tanto no setor público quanto no privado (Vasconcelos, 2016).

No entender de Barros e Salles (2011), o processo da Reforma Psiquiátrica avança na medida em que mecanismos de gestão são criados e implementados para ampliar a oferta de serviços, fato que se configura enquanto um dos grandes desafios para consolidar a rede de atenção territorial e aumentar recursos destinados à Saúde Mental nas três instâncias (federal, estadual e municipal).

¹ Mestranda em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPS/UFES). Assistente Social. Membro do Grupo Fênix. Email: luanasantosdj21@gmail.com

² Doutora em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPS/UFES). Assistente Social. Membro do Grupo Fênix. Email: eoliveiraanjos@yahoo.com.br

Para atingir o objetivo, este estudo materializou-se por meio de pesquisa documental realizada a partir dos Planos Plurianuais e Relatórios de Gestão da Saúde, do período demarcado entre 2012-2022, produzidos pela equipe de gestão do estado do Espírito Santo, estes foram acessados por meio do Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão (SARGSUS). Utilizamos também, Relatórios de execução física e financeira do PPA do estado (2020-2023) para identificar recursos direcionados à saúde mental, previstos no planejamento do estado. A análise dos dados qualitativos envolveu as etapas de: redução, categorização e interpretação dos dados, conforme apontamentos de Bardin (1977).

No estado do Espírito Santo, o processo de planejamento e execução da política de Saúde Mental, álcool e drogas inscritos nos planos plurianual de saúde e relatórios de gestão no período 2012-2022 se limitou à três metas pactuadas pela gestão: 1) Implantar leitos álcool e drogas nos hospitais da rede própria e filantrópicos; 2) Monitorar a Implantação dos Serviços de Residência Terapêuticos (SRT); e, 3) Construir CAPS ad para ampliação da cobertura assistencial da rede estadual. Verificou-se que o estado se comprometeu, no processo de constituição da Rede de Atenção Psicossocial, apenas com o financiamento de três dispositivos assistenciais específicos da saúde mental. Entretanto, o plano plurianual da saúde não prevê orçamento para quaisquer outras metas no campo da saúde mental, fato que evidencia o limite dado no orçamento do estado para implementação da política nesta área.

A análise permitiu a constatação que entre o planejamento das ações e a sua execução há um longo caminho, sinalizando que o Estado não tem priorizado os investimentos na área, que garantam a execução das ações planejadas no horizonte de fortalecimento da Reforma Psiquiátrica.

Referências

AMARANTE, P. Saúde mental, desinstitucionalização e novas estratégias de cuidado. In: GIOVANELLA, L. et al. **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1977.

BARROS, S.; SALLES, M. Gestão da atenção à saúde mental no Sistema Único de Saúde. **Rev Esc Enferm USP**. n. 45, (Edição Esp. 2), p. 1780-5, 2011.

OLIVEIRA, E.F; GARCIA, M. L.T. A política de saúde mental no Espírito Santo. *Rev. Katál.* Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 50-58, jan/jun. 2011.

VASCONCELOS, E. M. **Reforma Psiquiátrica, tempos sombrios e resistência:** diálogos com o marxismo e o serviço social. Campinas: Papel Social, 2016.